



Anais da Assembléia

N.º 83

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE AGOSTO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 72.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1982

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Mário Celso e Gabriel Sampaio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Chierigate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 55/82, que tem por objetivo fixar os subsídios e a verba de representação ao Governador e Vice-Governador do Estado, com vigência a partir de 15 de março de 1983.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o registro na ata dos trabalhos de voto de profundo pesar pelo falecimento na cidade de Cornélio Procopio, do ilustre cidadão PEDRO BÁGGIO.

O extinto que era pioneiro da cidade, sempre foi muito estimado pelos seus dotes de cavalheirismo e denodada contribuição à comunidade. Assim o seu desaparecimento causou profunda tristeza em toda a cidade.

Era casado com a Senhora Deolinda e deixa desolado os seus dedicados filhos Wilson e José Edson Baggio, sua esposa e netos.

Requer ainda que da decisão da Casa seja comunicada à Excelentíssima Família, através da esposa, D. Deolinda Baggio e os filhos José Edson Baggio e Wilson Baggio, residentes em Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1982.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-vereador maringense OLÍDIO AUGUSTO BARBOSA, ocorrido no último dia 14 em Maringá, dando-se ciência do presente à família enlutada na pessoa de seu filho José Barbosa, residente à Avenida Ivaí s/n. Cartório de Paz e Anexos, Distrito de Floriano, Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1982.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Olídio Augusto Barbosa, foi pioneiro da região maringense, tendo participado desde a primeira eleição à Câmara Municipal de Maringá realizada a 9 de novembro de 1952. Seu trabalho político não se restringia ao trabalho eleitoral propriamente dito, mas ao serviço de assistência social, que, sem organização, mas eficiente carrega para as cidades dezenas de enfermos em busca de socorro médico e hospitalar. Verdadeiro protetor dos pobres, Olídio Augusto Barbosa, elegeu-se Vereador nas eleições de 3 de outubro de 1960, representando o Distrito de Floriano. Apesar de afastar-se dos embates eleitorais, continuou participando ativamente em todas as eleições, não com a intenção de apenas angariar votos, mas principalmente pela possibilidade de atender a todos que o procuravam, dando-lhes especial carinho e amparo. Seu desaparecimento, abre, sem dúvida, uma lacuna na vida política maringense, mas será sentida por todos aqueles que sempre tiveram no "velho Lídio" seu conselheiro, protetor e amigo insubstituível.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 96/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PALÁCIO IGUAÇU, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1982.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores do Palácio Iguaçu - ASSEPI, com sede e foro na cidade de Curitiba tem por objetivo o conagração, a confraternização e o entretenimento dos Servidores dos órgãos sediados no Palácio Iguaçu. Acima de tudo, a mencionada associação tem na mais alta linha de conta o desenvolvimento sócio-cultural de seus associados, bem como, prestar-lhes assistência social e financeira mediante pequenos empréstimos e auxílios.

Dentro das características da associação, sobreleva notar

que a mesma não possui caráter de auferição de lucros, assim como, os seus Diretores e Conselheiros estão vedados de perceber remuneração pelos cargos que exercem.

Devemos aduzir, ainda, o fato de que a ASSEPI presta assistência tanto aos servidores lotados no Palácio Iguaçu, como aos que estejam à sua disposição.

Por estarmos convencidos dos altos méritos de que se revestem as atividades da entidade, apresentamos aos nossos eminentes Pares o presente plano de lei, na certeza de seu acolhimento.

PROJETO DE LEI N.º 97/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "LAR ANÁLIA FRANCO, DE LONDRINA", com sede e foro na Comarca e Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1982.

(a) RUBEN VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

O "LAR ANÁLIA FRANCO DE LONDRINA", com sede e foro na Comarca e Município de Londrina, Estado do Paraná, constitui uma sociedade civil, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos e tem como finalidade acolher, amparar, educar e preparar a criança órfã, a abandonada e a carente de qualquer outra forma, de modo a torná-la útil a si própria e à sociedade, prestando-lhe todo atendimento necessário, inclusive na formação moral, educacional e profissional, além da assistência médica e odontológica nas suas diversas especialidades.

Encontra-se em pleno funcionamento e atende as determinações previstas em lei.

O Lar Anália Franco de Londrina, pelo relevante papel que vem desempenhando na área social de nosso Estado, justifica por si a presente proposição.

PROJETO DE LEI N.º 98/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o título de "Cidadão Honorário do Paraná" ao Senhor Coronel CLÓVIS CUNHA VIANNA.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1982.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei propõe conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Prefeito de Foz do Iguaçu, Cel. Clóvis Cunha Vianna.

Exercendo os mais expressivos cargos na área militar e civil, possuindo os mais relevantes cursos no exército e se não bastasse diplomado, na área civil, Engenheiro pela Universidade Federal do Paraná, Técnico em Administração, membro dos diplomados na Escola Superior de Guerra - ADESG, desempenhou com grande brilhantismo diversos cargos que justificam plenamente a presente medida.

Administrador com rara visão dos problemas sociais, exerce presentemente a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, onde conseguiu situar o referido município numa posição de indiscutível destaque na esfera administrativa do Estado.

Projetou Foz do Iguaçu, numa das pioneiras do Paraná, onde fixou como meta prioritária do seu programa administrativo o que de mais nobre e generoso existe no ser humano: o trabalho e a humildade.

Defensor incansável dos interesses do Paraná, presidiu entre outros o ITC., a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, representante do Paraná na Comissão Mista para a

fixação dos limites do Paraná e São Paulo, agiu sempre com obstinação, espírito patriótico e competência, impondo pelo seu tirocínio de administrador o progresso do Paraná e do seu povo.

Assim sendo, solicito dos nobres Pares o necessário apoio ao presente projeto de lei, fazendo justiça ao homenagear com o título de Cidadão Honorário do Paraná o Cel. Clóvis Cunha Vianna.

PROJETO DE LEI N.º 99/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a Obra Social Santo Expedito, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1982.

(a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente plano de lei, fundamenta-se no fato de que, nenhum obra assistencial, por mais dedicação que haja por parte de sua direção, dispõe de recursos materiais suficientes para sua manutenção e perfeito funcionamento.

A Obra Social Santo Expedito, com sede nesta Capital, fundamenta sua atuação no campo de proteção e de amparo à maternidade e infância carentes, através de edificante trabalho assistencial educacional e ambulatorial.

Razões, a nosso ver, que justificam plenamente o presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N.º 100/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Município de Nova Tebas, com território desmembrado do Município de Pitanga, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

— "Inicia-se na confluência dos Rios Muquillão e Corumbataí nas divisas dos Municípios de Iretama e Jardim Alegre, subindo pelo Rio Corumbataí até a foz do Rio Taquaruçu, confrontando-se com os Municípios de Jardim Alegre, Ivaiporã, Manoel Ribas e Pitanga; daí por uma linha seca e reta com extensão aproximada de 18.000 m (dezoito mil metros) confrontando-se com o Município de Pitanga, até atingir a confluência dos Rios Liso com Rio Palmital; daí desce pelo Rio Liso na divisa com o Município de Roncador até a sua foz no Rio Muquillão; continuando por este na Divisa com o Município de Iretama, até o ponto de partida."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1982.

(a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

O anseio dos moradores de Nova Tebas de ver o seu Distrito elevado à condição de Município está bem demonstrado através do abaixo assinado que acompanha o presente projeto de lei, cuja emancipação irá se constituir como mola propulsora para o maior desenvolvimento de todos os setores de atividades daquela comuna, isto é, nos setores sócio-econômico, político e cultural, que se recentem de maiores condições para o seu pleno desenvolvimento.

Os recursos econômicos de que dispõe o Distrito de Nova Tebas, serão potencializados com a criação do novo Município, dando-lhes condições e poder de decisão sobre o seu futuro, que ali já se vê estruturado como um núcleo urbano capaz de centralizar a vida municipal e encaminhar os seus serviços de acordo com os interesses de nosso Estado.

Estas as razões que nos levaram a apresentar o presente plano de lei, que temos certeza, merecerá a total aprovação des-

ta Casa.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos nem para o Pequeno nem para o Grande Expediente, a Mesa consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PMDB.

O SR. FUAD NACLI — (Pela ordem) Eu pediria. Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado está encerrada a Hora do Expediente, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) Peço a palavra no Horário da Liderança do PDS.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que consultou e declinaram. E está encerrada a Hora do Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Eu peço vênha a Vossa Excelência quando o nobre Deputado Fuad Nacli estava tentando pedir a chamada nominal dos Srs. Deputados, quando Vossa Excelência consultou. Então, são só cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) A Liderança do PMDB cede seu horário ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero agradecer a gentileza da Liderança do PMDB representada pelo nobre Deputado Renato Bernardi, que me cede o horário do seu partido para que eu faça um pronunciamento que é uma causa comum de todos os paranaenses, principalmente, dos representantes do povo com assento nesta Casa.

E não é esta a primeira vez que nós pronunciamos desta tribuna pela necessidade urgente de uma reforma tributária no Brasil.

Propugnando pela inversão da pirâmide fiscal, que hoje é evidente, onde a União arrecada quase tudo, os Estados pouco arrecadam e os municípios perecem à míngua de recursos públicos.

Essa tese municipalista não é novidade, porque nasceu do próprio bom senso e, aqui nesta Casa, quase todos os Srs. Deputados, quer da Situação, quer da Oposição tem dela se ocupado. Porque, presencia-se hoje um passeio oneroso do dinheiro público, que não permanece onde é arrecadado. Onde é gerado, mas vai sempre para os cofres federais, voltando aos Estados e Municípios, quando voltam corroído pela perda do seu poder aquisitivo, através dos vários fundos de participação.

É uma distorção que determina uma verdadeira prepotência do Poder Federal, posicionando Estados e municípios como verdadeiros pedintes, esmolas dos recursos que eles próprios oneraram.

Voltamos hoje a reprimir este ponto de vista para notificar

à Casa de verdadeiro atentado que vem a ser empreendido contra os municípios brasileiros, já combalidos e muitos até insolventes.

Paranaense dos municípios, dinâmico Prefeito Edson Copla, a Secretaria do Planejamento da Presidência da República informou que as cotas dos fundos de participação dos municípios seriam diminuídas em cerca de 35% neste segundo semestre.

Esta é a informação que me presta o nobre Presidente da Associação Paranaense dos Municípios, que é o Prefeito de São Jerônimo da Serra, Sr. Edson Copla. E esta informação foi recebida como decretação de falência dos municípios e nem é para menos, visto que eles se movimentavam exatamente para exigir do Poder Federal, um acréscimo de 15% no fundo de participação, cujas dotações do primeiro semestre foram irrisórias.

Aí está o verdadeiro paradoxo. Pede-se 15% a mais e recebe-se 35% a menos.

Quem chora, além de não mamar ainda apanha. Deve ter sido esta a regra pela qual foi criado o Ministério do Planejamento.

A revolta e o desânimo com que a notícia foi recebida pela Associação Paranaense dos Municípios, especialmente pelo seu batalhador Presidente, são tão óbvios quanto justos. A própria política salarial inovada pelo Governo implantando aumentos semestrais do pessoal contratado, afora a própria inflação e a recessão de negócios, sacrifica hoje as administrações municipais, que se tem que haver com despesas imprevisíveis e mensalmente reajustáveis compartimentadas com orçamentos anuais.

Acreditamos que é hora de todas as casas políticas deste País somarem-se como protesto junto à SEPLAN e, principalmente, junto ao Presidente João Figueiredo.

Não se constrói uma Nação forte com famílias combalidas. Jamais seremos uma República organizada com as células municipais insolventes e mendigantes.

Expostos os fatos, este nosso requerimento é para que se encaminhe expediente aos Senhores Presidente da República e Ministro de Estado do Planejamento dando-lhes ciência do inteiro teor dessa manifestação de protesto, ao mesmo tempo em que se solicita de imediato o reajuste para mais do fundo de participação dos municípios para o segundo semestre deste ano.

Enquanto uma mais coerente, justa e distributiva política tributária não seja implantada no País. Ouvi da Casa essa ponderação, desta Assembléia Legislativa, ganhando em força e expressão pelo que aguardamos pleno apoio do que ora solicitamos.

Era isso, Sr. Presidente, e eu agradeço mais uma vez ao nobre Líder Renato Bernardi, pela gentileza em ceder-me o seu horário. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio.—
Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 09/82, (Mens. Govern. n.º 06/82, ex-Proposição n.º 09/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo n.º 1 a convênios celebrados com os municípios aqui nominados, objetivando a construção de micro sistemas de abastecimento de água, nos referidos municípios.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/82, (Mens. Govern. n.º 08/82, ex-Proposição n.º 11/82) oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo n.º 2, ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a SUDESUL, visando a locação de recursos financeiros para continuidade ao Programa de Migração Interna no Estado do Paraná, nas cidades de Foz do Iguaçu, Curitiba e Londrina.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12/82, (Mens. Govern. n.º 09/82, ex-Proposição n.º 12/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo n.º 01, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica e os Municípios de Cândido de Abreu, Tibagi e São José dos Pinhais, aditamentos aos convênios citados, objetivando a construção de sistemas de abastecimento de água nos referidos municípios.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/82, (Mens. Govern. n.º 10/82, ex-Proposição n.º 13/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo n.º 2, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica e os Municípios de Cândido de Abreu, Tibagi e São José dos Pinhais, aditamentos aos convênios citados, objetivando a construção de sistemas de abastecimento de água, nos referidos municípios.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/82, de autoria do DEPUTADO FLORIVALDO PALÁCIOS, que autoriza o Poder Executivo, doar imóvel do Estado, conforme especifica, à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47/82, de autoria do DEPUTADO JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública a Universidade Estadual de Ponta Grossa, com sede naquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 59/82, (ex-Proposição n.º 03/80), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova a Prestação de Contas do Departamento de Finanças da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1.979.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 103/81, (Projeto de Lei n.º 89/81), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito, na área descrita, do Município de Guaraniaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Campo Bonito.— **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 103/81

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, do Município de Guaraniaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de CAMPO BONITO:

Pelo Rio Piquiri, confrontando com o Município de Campina da Lagoa, daí por uma linha seca até a BR-277, confrontando com o Município de Catanduvas e parte de Guaraniaçu, até o Rio Piquiri; daí sobe pelo Rio Tourinho até sua nascente e desta, por linha seca até alcançar a BR-277, confrontando com os Municípios de Cascavel e Corbélia; partindo da BR-277 em linha reta até a cabeceira do Rio Barbaquá, descendo pelo Rio São Francisco, seguindo por este até alcançar o Rio Piquiri, confrontando com o restante do Município de Guaraniaçu.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente,
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 89/81

PARECER

O presente plano de lei, de autoria do eminente Deputado Leônidas Chaves, objetiva erigir em Município o Distrito de CAMPO BONITO, com território desmembrado do Município de Guaraniaçu.

Contém o processo numerosas peças demonstrativas da real situação da região que se pretende alçar à categoria de município. Comprova-se efetivamente que se cumpriram satisfatoriamente os dispositivos legais que regem a espécie, inexistindo qualquer impedimento à normal tramitação do processo por esta Casa.

Assim sendo, nosso parecer é FAVORÁVEL a que se autoriza a realização do necessário plebiscito, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de novembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, Presidente,
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14/82, (Mens. Govern. n.º 11/82, ex-Proposição n.º 14/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Terra Boa, que objetiva a execução de obras de controle da erosão urbana, na sede do referido município.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15/82, (Mens. Govern. n.º 12/82, ex-Proposição n.º 15/82), oriundo de

Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo n.º 01, a convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Guaraci, Mamborê, Tapira, firmados em 26.06.81, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16/82, (Mens. Govern. n.º 13/82, ex-Proposição n.º 16/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo n.º 1, ao Convênio n.º 07/81, celebrado entre o Estado do Paraná e a SUDESUL, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa de Controle da Erosão do Solo, no Noroeste do Paraná.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/82, (Mens. Govern. n.º 14/82, ex-Proposição n.º 17/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Renovação do Convênio 95/80, de Auxílio e Cooperação, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Santa Mariana, com a interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto sobre Lubrificantes Líquidos e Gasosos.— **Aprovado**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 29/82), que autoriza o Poder Executivo fazer reverter, através de doação, à Senhora Mary Iolanda Verlangieri Rocha, uma área de terreno na cidade de Guarapuava, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 18/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a fazer reverter, por meio de doação, à Senhora Mary Iolanda Verlangieri Rocha, um terreno foreiro, medindo a área de 1.560,00 m³ (Hum mil, quinhentos e sessenta metros quadrados), ou sejam, 52,00 por 30,00 metros, localizado na quadra n.º 01 (hum) do imóvel denominado "Barro Preto", do loteamento "Jardim D. Mary", na cidade de Guarapuava, neste Estado, conforme transcrição levada a efeito sob o n.º 36.113, fls. 164, Livro 3-X, do 1.º Ofício Imobiliário da Comarca de Guarapuava, cuja reversão será efetivada em face da outorgada donatária e seu marido, terem cedido ao Município de Guarapuava, uma área maior, de 7.200,00 m², posteriormente transmitida por doação à Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria da Administração

EM 008/82

Curitiba, 10 de fevereiro de 1982.

Senhor Governador:

Tenho a honra de expor e solicitar a Vossa Excelência, o seguinte:

1. O Estado recebeu por doação, feita em 17/1/67, por Mary Iolanda Verlangieri Rocha e pelo marido Laurindo Pereira da Rocha (falecido), um terreno de 1.560,00 metros quadrados, no imóvel denominado Barro Preto, loteamento Jardim Dona Mary, em Guarapuava, destinado à construção de uma unidade escolar.

2. O grupo escolar construído no local foi destruído por um incêndio, e após isso, os mesmos doadores cederam ao Estado outro terreno, este com 7.200,00 metros quadrados, no qual funciona a Escola Doutor Rubens Fleury da Rocha, pertencente à Fundação Educacional do Estado do Paraná.

3. Considerando que o primeiro terreno deixou de atender ao objetivo para o qual foi doado, a viúva Mary Iolanda Verlangieri Rocha, pede a devolução, por meio de doação, do terreno mencionado no item 1.

4. A Fundação Educacional do Estado do Paraná opina favoravelmente à devolução.

5. Em vista do exposto, proponho que se faça a devolução nos termos da anexa minuta de projeto de lei.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) VÉSPERO MENDES

Secretário de Estado da Administração.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 18/82

PARECER

Através da Mensagem Governamental n.º 29/82, objetiva o Poder Executivo fazer reverter à Senhora MARY IOLANDA VERLANGIERI ROCHA, uma área de terreno situada na cidade de Guarapuava.

Colhe-se da justificativa que o Estado recebera, por doação da referida senhora e de seu marido, um terreno onde foi construída uma unidade escolar que mais tarde foi destruída por um incêndio. Então, aquela mesma senhora cedeu outro terreno de área maior ao Poder Público Estadual, pretendendo agora a devolução do anterior. Operação equivalente a uma permuta, com sensível vantagem para o Estado do Paraná.

Cumpridas que foram as formalidades legais, o processo está imune de vícios ou omissões, razão por que, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO, Presidente;

NELTON FRIEDRICH, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 65/82), que autoriza o Poder Executivo doar terreno ao Sindicato Rural Patronal de Guarapuava, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 59/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Sindicato Rural Patronal de Guarapuava, parte do lote denominado 2-B, medindo 2.145,00 m², destacada da área situada em Guarapuava - Paraná, objeto da transcrição n.º de ordem 24.274, às fls. 103, do Livro 3-P, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2.º — A área de terreno, objeto da doação de que trata o artigo anterior somente poderá ser utilizada para a edificação da sede social do Sindicato Rural Patronal de Guarapuava, o qual deverá ocorrer no prazo de 3 (três) anos, sob pena de reversão da mesma ao patrimônio do Estado, independentemente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3.º — O imóvel objeto da doação aqui estabelecida, fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da respectiva escritura.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 59/82

PARECER:

1. O presente projeto de lei origina-se de Mensagem Governamental número 65/82, o que legitima a iniciativa.

2. Intenciona o Poder Executivo, com o plano de lei, obter autorização legislativa para a doação, ao Sindicato Rural Patronal de Guarapuava, parte do lote de terreno situado nesse mencionado município.

3. A destinação do bem doado é expressamente afirmada, tanto na justificativa como no texto do projeto.

4. É também, resguardado o objeto da referida doação com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, o que constará da escritura pública.

5. Pelos motivos expostos, encontra a medida, amparo na legislação vigente, o que a torna perfeitamente viável, legal e constitucionalmente.

6. Assim, somos favoráveis à sua aprovação na forma proposta, sem reparos ou ressalvas.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LEÔNIDAS CHAVES — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83/82, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. GIL GOUVEIA MACIEIRA. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 73, de 03/08/82).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 83/82

PARECER:

De autoria do eminente Deputado Luiz Alberto de Oliveira, objetiva o presente plano de lei conceder o título de cidadania honorária ao Sr. Gil Gouveia Macieira.

Dono de notável currículo enriquecido por funções de alta relevância, incluindo importantes missões no exterior, o homenageado já foi agraciado pelas mais significativas condecorações que se podem conceder a um cidadão brasileiro.

Quanto ao aspecto formal, obedece o projeto às exigências de ordem legal e regimental, razão porque somos favorável à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Baggio, ocorrido na cidade de Cornélio Procopio - Pr. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olídio Augusto Barbosa, ocorrido no último dia 14, em Maringá. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n.º 55/82, que tem por objetivo fixar os subsídios e a verba de representação ao Governador e Vice-Governador do Estado, com vigência a partir de 15 de março de 1983. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Puddell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministros da Agricultura, Fazenda, Planejamento, Sr. Assessor da Fazenda e Presidente do Banco Central do Brasil, encarecendo providências para o problema do elevado percentual da quebra da safra de soja de 1981/82, conforme telegrama do Sr. Presidente da OCEPAR. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Finanças, encaminhando denúncias de arbitrariedades no Município de Itapejara D'Oeste, pelo agente de rendas do citado município. **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei 80/82, que visa autorizar o Poder Executivo a permutar imóvel que especifica, de propriedade do Estado, localizado em Piraquara, com imóvel da Comunhão Espírita Cristã de Curitiba. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, pedindo informações sobre despesas efetuadas por aquela Secretaria com contratos de arrendamento mercantil. Rejeitado.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela Ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

03 Srs. Deputados aprovam.

07 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 59/82.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 103/81, 14, 15, 16 e 17/82, e dos Projetos de Lei n.ºs 18, 59 e 83/82.

Marcando ainda uma sessão extraordinária para amanhã logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 08 e 43/82.
e dos Projetos de Lei n.ºs 05, 07, 11, 20, 29, 41, 44, 46 e 63/82.

Levanta-se a Sessão.